



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Ciências da Educação

CURSO DE GRADUAÇÃO EM
BIBLIOTECONOMIA



MISSÍNIA MESQUITA PASCOA

ESTUDO DA ESTRUTURA FÍSICA PARA DEFICIENTES FÍSICOS E VISUAIS EM
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 2009.

MISSÍNIA MESQUITA PASCOA

ESTUDO DA ESTRUTURA FÍSICA PARA DEFICIENTES FÍSICOS E VISUAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DE SANTA CATARINA

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
em Biblioteconomia do Centro de Ciências da
Educação, da Universidade Federal de Santa
Catarina, requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Biblioteconomia. Orientação:
Professora Magda Teixeira Chagas.

Florianópolis, 2009.

Catálogo na fonte elaborada por: Débora M^a Russiano Pereira, CRB-14/1125

P281e Páscoa, Missínia Mesquita, 1984 -
Estudo da estrutura física para deficientes físicos e visuais em
bibliotecas universitárias em Santa Catarina / Missínia Mesquita
Páscoa. – 2009.
57 f.

Orientadora: Magda Teixeira Chagas.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Biblioteconomia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
de Ciências da Educação, 2009.

1. Bibliotecas universitárias – Santa Catarina. 2. Bibliotecas
universitárias – acessibilidade. II. Título.

CDU: 72




Creative Commons: Atribuição Uso Não Comercial. Vedada a Criação de Obras Derivadas 2.5 Brasil License.

**Estudo da estrutura física para deficientes físicos e visuais em bibliotecas
universitárias de Santa Catarina.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Biblioteconomia do Centro de Ciências da
Educação da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Biblioteconomia,
aprovado com nota 8,5.

Florianópolis, 18 de junho de 2009.



Magda Teixeira Chagas, Dra. UFSC – CED – CIN
Professora Orientadora



Maria Margarete Sell da Mata, Ms. UFSC – CED – CIN
Membro da banca examinadora



Araci Isaltina de Andrade Hillesheim, Ms. UFSC – CED – CIN
Membro da banca examinadora

Dedico este trabalho a meus pais, Paulo e Deise, e meu namorado Adriano que sempre estiveram presentes, apoiando e incentivando minhas decisões e escolhas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Paulo e Deise por acreditarem em mim e serem responsáveis por essa vitória em minha vida sempre dispostos a me oferecerem a melhor educação possível. Obrigada pelos conselhos, amor, carinho e incentivo que sempre me motivaram a caminhar em frente. Devo tudo isso a vocês.

A minha irmã agradeço pelo amor e carinho durante esta jornada.

Ao meu namorado que, muitas vezes, esteve presente, inclusive nos momentos difíceis. Sempre paciente para me ouvir e me aconselhar. Amo todos vocês.

Agradeço a todos os professores do curso, em especial a professora Magda Teixeira Chagas pela paciência e atenção e pela competência em esclarecer minhas dúvidas.

À turma de Biblioteconomia 2005\2, pelas amizades das quais jamais esquecerei, em especial meus amigos Christian Cadalso, Graziela Bonin, Ágata Regina, Kelly Debiazi, Pammella Emanuelle e Karina Oliveira que contribuíram imensamente na minha caminhada ao longo destes quatro anos e também na realização deste trabalho com vários conselhos e críticas construtivas.

A Débora Russiano pela ajuda e companheirismo nesta reta final.

A todos meus amigos e familiares que sempre torceram por mim desejando meu sucesso.

E a DEUS que tornou tudo isso possível e inesquecível.

PASCOA, Missínia Mesquita. **Estudo da estrutura física para deficientes físicos e visuais em bibliotecas universitárias de Santa Catarina**. 2009, 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciência da Educação, Florianópolis, 2009.

RESUMO

As escolas e universidades há algum tempo deixaram de ser consideradas os únicos centros de aprendizagem. As bibliotecas passaram a ter um papel fundamental na formação de cada cidadão. Desta forma, cada vez mais as bibliotecas precisam se adequar a todos os tipos de usuários. Por este motivo, a pesquisa teve por objetivo um estudo da estrutura física para deficientes físicos e visuais em bibliotecas universitárias da Grande Florianópolis, itens esses verificados conforme a Norma de acessibilidade, ABNT NBR 9050:2004. A importância deste estudo foi a de perceber que as pessoas possuem habilidades diferentes e algumas necessitam de condições especiais para poder desempenhar determinadas atividades e se locomoverem com facilidade. A natureza deste estudo caracteriza-se em uma pesquisa descritiva, tendo sido analisadas quatro bibliotecas universitárias, sendo duas pertencentes a instituições públicas e duas pertencentes a instituições particulares.

Palavras-chave: Bibliotecas; Bibliotecas Universitárias; Deficientes físicos.

PASCOA, Missínia Mesquita. **Estudo da estrutura física para deficientes físicos e visuais em bibliotecas universitárias de Santa Catarina**. 2009, 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro da Ciência da Educação, Florianópolis, 2009.

ABSTRACT

Schools and universities are not anymore considered the only learning centers. The libraries are having a important role in the training of each citizen. Thus, more and more libraries need to adapt themselves to all types of users. For this reason, the research aimed at a study of the physical structure, to handicap an visually impaired people, of the university libraries in the Greater Florianópolis, those items checked as the standard accessibility, ABNT NBR 9050:2004. The importance of this study was to understand that people have different abilities and some require specific conditions to perform certain activities and to move easily. The nature of this study is characterized by a descriptive study and was examined four university libraries, two belonging to public institutions and the other two belonging to private institutions.

Keywords: Libraries, University Libraries; Handicap.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO.....	18
Figura 2: SÍMBOLO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.....	18
Figura 3: BALCÃO.....	21
Figura 4: TERMINAIS DE CONSULTA.....	21
Figura 5: ESTANTES EM BIBLIOTECAS.....	22
Figura 6: MESA.....	22
Figura 7: ALCANCE MANUAL FRONTAL COM SUPERFÍCIE DE TRABALHO – Pessoa em cadeira de rodas.....	23
Figura 8: CONES VISUAIS DE PESSOA EM CADEIRA DE RODAS – Exemplo.....	23
Figura 9: BOTÕES DE ELEVADOR EM <i>BRAILLE</i>	27
Figura 10: PISO.....	27
Figura 11: DEFICIÊNCIA VISUAL – Total Brasil / 2000.....	28
Figura 12: CRIANÇAS FORA DA ESCOLA.....	28
Figura 13: MATRÍCULAS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS.....	29
Figura 14: <i>BRAILLE</i>	30
Figura 15: EXEMPLO DE ALFABETO BRAILLE – Letras e números.....	31
Figura 16: DEFICIÊNCIA NO BRASIL.....	34
Figura 17: MESA TIPO 1 – B ₁	38
Figura 18: MESA TIPO 2 – B ₁	38
Figura 19: ESTANTES E CORREDORES - B ₁	39
Figura 20: TERMINAIS DE CONSULTA – B ₁	40

Figura 21: VAGA DE ESTACIONAMENTO PARA DEFICIENTES FÍSICOS – B ₁	40
Figura 22: CATRACA E PORTÃO DE ACESSO - B ₁	40
Figura 23: RAMPA – B ₁	41
Figura 24: BACIA SANITÁRIA E BARRAS.....	41
Figura 25: SINALIZAÇÃO SANITÁRIO.....	41
Figura 26: MESA TIPO 1 – B ₂	42
Figura 27: MESA TIPO 2 – B ₂	42
Figura 28: LIVRO EM BRAILLE – B ₂	43
Figura 29: TERMINAIS DE CONSULTA - B ₂	43
Figura 30: ELEVADOR – B ₂	44
Figura 31: MESA TIPO 2 – B ₃	45
Figura 32: TERMINAIS DE CONSULTA – B ₃	46
Figura 33: VAGA DE ESTACIONAMENTO PARA DEFICIENTES FÍSICOS – B ₃	46
Figura 34: RAMPA – B ₃	47
Figura 35: MESA B ₄	48
Figura 36: MESA DE ESTUDO B ₄	48
Figura 37: TERMINAIS DE CONSULTA B ₄	49
Figura 38: VAGAS DE ESTACIONAMENTO PARA DEFICIENTES FÍSICOS B ₄	49
Figura 39: ELEVADOR B ₄	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População residente por tipo de deficiência - Brasil – 2000.....	33
Quadro 2 – B ₁ Biblioteca 1.....	37
Quadro 3 – B ₂ Biblioteca 2.....	42
Quadro 4 – B ₃ Biblioteca 3.....	44
Quadro 5 – B ₄ Biblioteca 4.....	47
Quadro 6 – Dados das quatro bibliotecas analisadas.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AEI – Ambiente de Educação Inclusiva

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

MR – Módulo de Referência

NBR – Norma Técnica Brasileira

ONU – Organizações das Nações Unidas

PCR – Pessoa em cadeira de rodas

PMR – Pessoa com mobilidade reduzida

SEESP – Secretaria de Educação Especial

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS	15
1.1.1	Objetivo geral	15
1.1.2	Objetivos específicos	15
1.2	ESTRUTURA DA PESQUISA.....	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	ACESSIBILIDADE.....	17
2.2	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E A ACESSIBILIDADE.....	18
2.3	DEFICIENTES FÍSICOS E A ACESSIBILIDADE.....	26
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

A escola e as universidades não podem ser consideradas como os únicos centros de aprendizagem das crianças e jovens. A comunidade em que estão inseridos, os amigos e a família são, também, elementos muito importantes na formação do indivíduo, no desenvolvimento das suas aptidões e atitudes.

As bibliotecas há muito tempo contribuem, fundamentalmente, para a formação do indivíduo e, para tanto, precisam ser cada vez mais atualizadas e adequadas aos perfis dos estudantes e usuários para que possam exercer o papel de mediadoras entre a informação e o usuário.

Neste sentido, as bibliotecas precisam atender satisfatoriamente a todos os perfis de usuários, independente de suas condições físicas e/ou intelectuais. Os seres humanos são diferentes física e intelectualmente, apresentando necessidades individuais que precisam ser respeitadas e atendidas adequadamente. Frente a este tipo de situação, verifica-se que muito precisa ser modificado para que os usuários possam ser auto-suficientes em uma unidade de informação. As bibliotecas não foram e nem são projetadas de acordo com as necessidades de um usuário com deficiências físicas, o que implica em uma série de problemas que precisam ser solucionados.

Os deficientes físicos buscando a inclusão na sociedade na qual vivem lutam, diariamente, para ter direito a vagas em empregos, em escolas e universidades, a fim de que possam usufruir das mesmas oportunidades que qualquer cidadão. Buscam o acesso ao transporte coletivo, as escolas, as bibliotecas, entre outros.

Para que a inclusão aconteça, o primeiro passo é a acessibilidade. A inclusão não visa à igualdade das pessoas, mas sim o respeito à diversidade e as diferenças de cada um, atendendo peculiaridades e necessidades dos cidadãos, individualmente. Percebe-se o tamanho da exclusão social quando fala-se de portadores de deficiências físicas e observa-se que foi necessário estabelecer normas e leis para garantir a acessibilidade, seja em mobiliário urbano, edifícios públicos ou de uso coletivo, edifícios privados, transporte coletivo, sistemas de comunicação e sinalização, enfim leis e normas de ajudas técnicas com intuito de eliminar barreiras, facilitando a locomoção.

A Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. (BRASIL, 2000).

Já a Norma de acessibilidade,

estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 1)

Com normas e leis garantindo o acesso a portadores de deficiência física, pode-se dizer que a acessibilidade estaria disponível para todos, mas a realidade não é tão simples assim. Poucas são as instituições que se preocupam em seguir essas leis e normas. Raras são as universidades, escolas e bibliotecas que oferecem estruturas adequadas e profissionais qualificados para prestarem atendimento pleno aos portadores de necessidades especiais. Talvez, este descaso exista justamente por serem eles minoria nas instituições de ensino, não podendo, no entanto, ser considerados como pessoas menos importantes para a sociedade.

É incontestável a relevância dos serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias, atualmente. Dessa forma, torna-se cada vez mais indispensável que as informações disponíveis nessas bibliotecas sejam oferecidas a todos os tipos de usuários, especificamente a todas as pessoas portadoras de alguma deficiência física.

Esta pesquisa representa uma grande vontade da pesquisadora de analisar e avaliar a estrutura física de algumas bibliotecas universitárias da grande Florianópolis, visto que se faz necessário o planejamento e a adequação de todas as edificações de uso público ou coletivo para toda a população, especialmente para pessoas com dificuldade de locomoção, portadoras de algum tipo de deficiência física. Trata-se, ainda, da vontade de expor as dificuldades que um deficiente físico pode enfrentar caso as estruturas não estejam de acordo com a norma de acessibilidade.

Considerando os pontos apresentados acima, apresenta-se como tema deste trabalho, “A estrutura física para deficientes físicos e visuais em Bibliotecas

Universitárias de Santa Catarina”. Busca-se, desta forma, avaliar as estruturas físicas dessas bibliotecas, considerando a acessibilidade relativa aos usuários portadores de deficiência física e visual. A escolha desse tema baseia-se na percepção de que as pessoas possuem habilidades diferentes e algumas necessitam de condições especiais para poder desempenhar determinadas atividades. Destacam-se, neste trabalho os cadeirantes e os cegos.

Buscou-se, dessa forma, realizar a análise de quatro bibliotecas universitárias da Grande Florianópolis, procurando verificar se as estruturas físicas das mesmas estão de acordo com a Norma de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos, a saber: ABNT NBR 9050:2004.

1.1 OBJETIVOS

A seguir, o objetivo geral deste trabalho expõe a visão global do que se pretende alcançar e os objetivos específicos definem as etapas a serem implementadas para alcançar o seu objetivo.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar as condições físicas presentes em bibliotecas universitárias da Grande Florianópolis, com relação ao acesso de portadores de deficiências físicas e visuais.

1.1.2 Objetivos Específicos

Estabelecer uma comparação entre os padrões estabelecidos pela norma de acessibilidade para deficientes físicos e as reais condições físicas das bibliotecas universitárias analisadas, considerando os seguintes aspectos:

- a) Aspectos abordados na íntegra: mesas; distância entre as estantes; altura das estantes; publicações em Braille; terminais de consulta e balcão de empréstimo.
- b) Aspectos abordados quanto à presença: vagas de estacionamento exclusivas para deficientes físicos; catraca e/ou cancela; rampa;

sinalização em *Braille*, sinalização sonora; sanitários para portadores de deficiência física.

1.2 ESTRUTURA DA PESQUISA

A presente pesquisa está estruturada em cinco capítulos: no primeiro, apresentam-se a introdução e os objetivos propostos.

No segundo capítulo, é apresentada a revisão de literatura para o desenvolvimento da pesquisa, abordando os temas: deficiente físico, bibliotecas universitárias, acessibilidade e acessibilidade em bibliotecas.

No terceiro capítulo, são abordados os procedimentos metodológicos que foram utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, sendo descritas a análise de coleta de dados.

No quarto capítulo, são apresentados os resultados obtidos com base na análise feita através da coleta de dados, definido na seção anterior.

No quinto capítulo, são apresentadas as conclusões da pesquisa, as recomendações e sugestões para outros estudos de trabalhos de conclusão de curso (TCC). A seguir, são apresentadas as referências utilizadas no desenvolvimento da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão de literatura tem por objetivo dar a sustentação científica para a realização de uma pesquisa. Neste sentido, no presente capítulo serão abordados aspectos relativos à acessibilidade dos deficientes físicos e visuais à sociedade como um todo, posteriormente evidenciando o acesso às bibliotecas universitárias, especificamente.

2.1 ACESSIBILIDADE

A acessibilidade permite condições de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço e mobiliário, equipamento urbano e elementos. Significa não apenas permitir que pessoas portadoras de deficiências participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação, mas a inclusão e extensão do uso destes por todas as parcelas presentes em uma determinada população.

Segundo Mazzoni et al. (2001, p.34):

A acessibilidade é um processo dinâmico, associado não só ao desenvolvimento tecnológico, mas principalmente ao desenvolvimento da sociedade. Uma sociedade que se preocupa em garantir às pessoas portadoras de deficiência o direito de participar da produção e disseminação do conhecimento certamente contará com a participação dessas pessoas, de forma ativa, em todos os demais setores da sociedade.

Neste sentido, a acessibilidade é o fator determinante para que todos possam participar ativamente da sociedade. Mazzoni et al. (2001, p.30) conceitua acessibilidade como sendo:

Um produto ou sistema projetado sob o conceito de desenho para todos. Os quais incorporam características que permitam ser utilizadas por pessoas portadoras de deficiência física, tornando o seu uso muito mais fácil e confortável para todos os usuários.

A grande responsável pelo surgimento da acessibilidade foi a arquitetura, que no início dos anos 60 contribuiu fundamentalmente, disponibilizando projetos livres de barreiras que tinha como objetivo facilitar a locomoção de portadores de deficiências físicas. Já nos anos 90, a esperança e a expectativa ressurgiram para

as pessoas portadoras de deficiências física, através das tecnologias que foram surgindo associadas à informática, tais como reconhecimento de fala, sintetizadores de voz, simuladores de mouse, ações voluntárias através de sopro, movimento de cabeça entre outros. (MAZZONI et al. 2001, p.30).

Desta forma, todos os cidadãos possuem direito à acessibilidade, não só no espaço físico como também no espaço digital.

A seguir, pode-se verificar o Símbolo Internacional de Acesso, que indica a acessibilidade aos serviços e identifica espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos acessíveis ou utilizáveis por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.



Figura 1: Símbolo Internacional de Acesso

Fonte: Disponível em <<http://inf306.unicamp.googlepages.com/simboloAcessibilidade.gif>>
Acesso em: mar. de 2009.

Na figura 2, verifica-se o símbolo internacional de pessoas com deficiência visual que indica a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para pessoas com deficiência visual.



Figura 2: Pessoas com deficiência visual

Fonte: Disponível em: <<http://www.percepcoes.org.br/acessibilidade.asp>> Acesso em: mar. 2009

Neste sentido conclui-se que a acessibilidade não significa criar espaços separados para pessoas portadoras de deficiência física e sim transformar os locais já existentes acessíveis a todos, fazendo com que o deficiente físico não se sinta excluído da sociedade.

2.2 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E A ACESSIBILIDADE

Biblioteca pode ser definida como um espaço físico, uma sala ou um compartimento em que se guardam livros, ou coleções de informações de quaisquer tipos, sejam escritas em papel (monografias, enciclopédias, dicionários, manuais, etc.) ou ainda digitalizadas e armazenadas em outros tipos de materiais, tais como CD, fitas, VHS, DVD e banco de dados. Nela podemos obter respostas para toda e qualquer dúvida. Revistas e jornais também são colecionados e armazenados em um setor a parte na biblioteca, setor este reservado apenas para este tipo de material.

Já a Biblioteca Universitária (BU), define-se como um alicerce, um complemento a formação do ensino superior. É uma prestadora de serviços informacionais às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A BU é destinada a suprir as necessidades informacionais da comunidade acadêmica; neste sentido, ela precisa estar constantemente atualizada e sempre adquirindo novas publicações com finalidade de apoiar o ensino da instituição na qual se situa. São instituições destinadas ao ensino superior, acessíveis ao público em geral mas principalmente a alunos e professores da instituição. Conforme Ferreira (1980, p.7):

[...] a universidade deve estar voltada às necessidades, culturais, científicas e tecnológicas de um país, as bibliotecas devem trabalhar visando a esses objetivos, condicionadas que são às finalidades fundamentais da universidade. Por isso, as bibliotecas devem participar ativamente do sistema educacional desenvolvido pelas universidades.

O ensino das universidades precisa caminhar junto com as pesquisas das bibliotecas; através desta junção, obtém-se um grau de educação satisfatório.

As Bibliotecas Universitárias, conforme Ferreira (1980, p.45) possuem as seguintes funções:

- a) formação e desenvolvimento de coleções, incluindo identificação, seleção, aquisição, intercâmbio e descarte de material bibliográfico;
- b) controle bibliográfico do seu acervo, incluindo catalogação descritiva e descrição temática, controle de autoridade e conservação e manutenção do material;
- c) prestação de serviços de informação, documentação e comunicação a seus usuários, incluindo serviços tradicionais, como empréstimo de material bibliográfico, e serviços mais modernos, como correio eletrônico e consultas a bases de dados remotos;
- d) administração e gerência da organização, incluindo as áreas de planejamento e avaliação, pessoal, contabilidade e finanças, materias e serviços gerais, além de apoio administrativo.

A BU é caracterizada como parte integrante do ensino/aprendizagem e como um espaço intra-curricular. Precisa participar ativamente do processo de formação e construção do conhecimento do aluno e têm por missão a mediação e o fortalecimento de suas atividades, sendo elas de informação, ensino, eventos, pesquisas e extensão.

Vários aspectos precisam ser analisados quanto à acessibilidade em bibliotecas para deficientes físicos e visuais. Conforme Kasper (2007, p. 139):

[...] aspectos como a disposição das estantes e livros, o balcão de atendimento (alcances manual e visual), o suporte para auto-atendimento, os aspectos de sinalização e de comunicação, as condições gerais do piso (desníveis, antiderrapante, cor uniforme, superfície não reflexiva), a distribuição espacial do mobiliário, as faixas de alcance (manual e visual) do mobiliário interno (mesas, cadeiras, estantes, armários entre outros), a diferenciação cromática (mobiliário, piso e paredes), sinalização sonora e visual (para informar o início, o final e os intervalos das aulas), aspectos de iluminação etc;

A seguir, constam alguns itens da Norma Brasileira de Acessibilidade ABNT – NBR 9050, publicada em 2004, para acessibilidade em edifícios de caráter público. A norma (NBR 9050, 2004, p. 88) enfatiza à acessibilidade em bibliotecas:

8.7 Bibliotecas e centros de Leitura

8.7.1 Nas bibliotecas e centros de Leitura, os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e área de convivência devem ser acessíveis,

8.7.2 Pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas devem ser acessíveis, conforme 9.3. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

8.7.3 A distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0.90m de largura. Nos corredores entre as estantes, a cada 15m deve haver um espaço que permita a manobra de cadeira de roda. Recomenda-se a rotação de 180 graus, conforme 4.3*.

8.7.4 A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais, conforme 4.6 e 4.7.

8.7.5 Recomenda-se que as bibliotecas possuam publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais.

8.7.6 Pelo menos 5% do total de terminal de consultas por meio de computadores e acesso à internet devem ser acessíveis a PCR e PMR.

Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% adaptáveis para acessibilidade

Na figura 3, demonstra-se o balcão de atendimento acessível para os portadores de deficiências físicas.

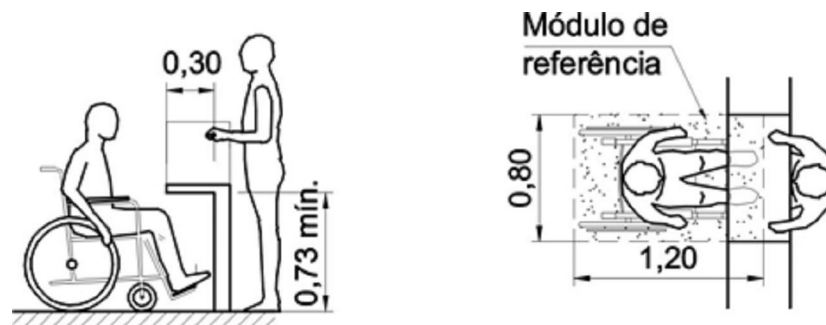


Figura 3: BALCÃO

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS NBR 9050, 2004

Na figura 4, verifica-se a disposição correta da mesa, tornado-a acessível a pessoas portadores de deficiências físicas.

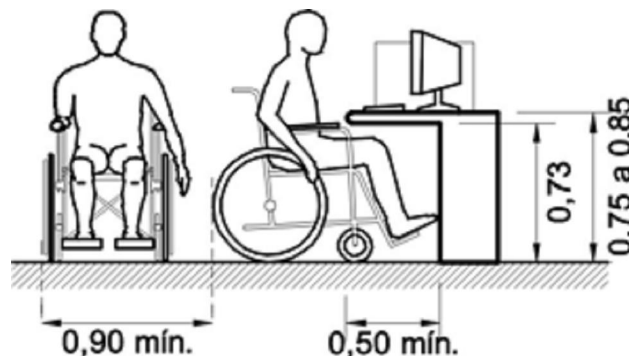


Figura 4: TERMINAIS DE CONSULTA

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS NBR 9050, 2004

Na figura 5, verifica-se a distância entre estantes de livros, que deve ser de no mínimo 0,90 m de largura.

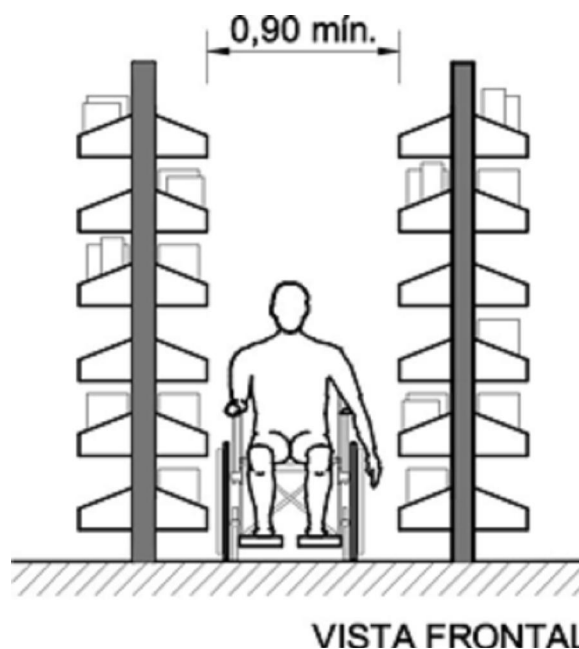


Figura 5: ESTANTES EM BIBLIOTECA

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS NBR 9050, 2004

Na figura 6, a seguir, verifica-se o modelo correto de mesas. Altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso e um módulo de referência de no mínimo 0,50 m, respeitando uma faixa livre de circulação de 0,90 m.

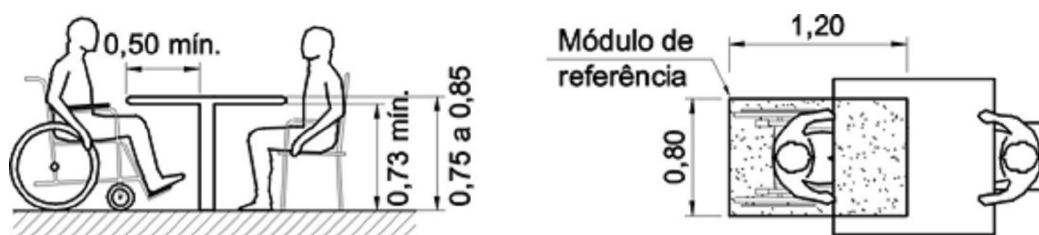


Figura 6: MESA

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS NBR 9050, 2004.

Na figura 7, verifica-se o alcance manual frontal de pessoa em cadeira de rodas, respeitando suas dimensões referenciais.

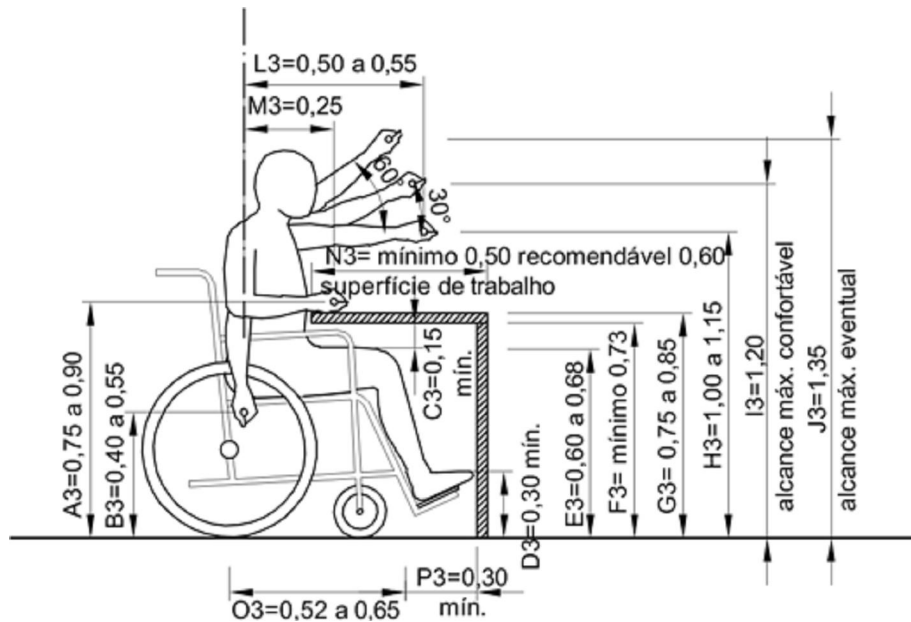


Figura 7 — ALCANCE MANUAL FRONTAL COM SUPERFÍCIE DE TRABALHO –
Pessoa em cadeira de rodas
Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS NBR 9050, 2004.

Na figura 8, a seguir, verifica-se a aplicação dos ângulos de alcance visual atendendo às faixas de alcance manual e parâmetros visuais.

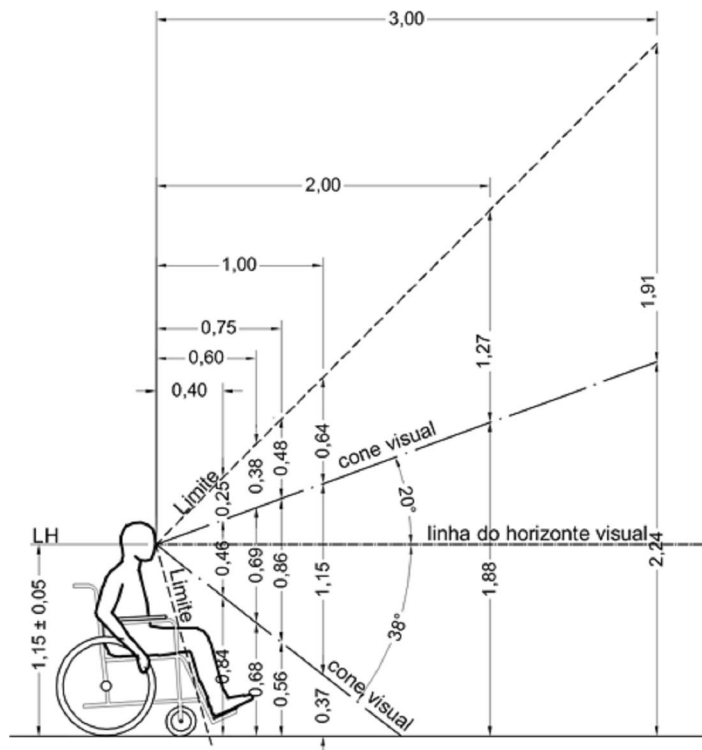


Figura 8: CONES VISUAIS DE PESSOA EM CADEIRA DE RODAS - Exemplo
Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS NBR 9050, 2004

Segundo Mazzoni et al. (2001, p. 31):

As bibliotecas das instituições de ensino superior passaram a ser alvo de atenção explícita do MEC, sob os aspectos de acessibilidade, a partir de 1999, quando da publicação da Portaria no 1.6791, a qual dispõe sobre a exigência de requisitos de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, bem como de credenciamento de instituições.

As bibliotecas representam um universo de informação; desta maneira, precisam estar aptas e adequadas a todos os usuários que estão em busca do conhecimento.

Além da altura das estantes, da distância entre elas, da largura do corredor, da altura dos balcões e terminais de consulta, existem muitos pontos a ser verificados desde o acesso à biblioteca. A seguir verificam-se informações pertinentes a Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 9050, 2004.

Na parte externa, é indispensável que existam vagas de estacionamento exclusivas para pessoas com deficiência física. Sua sinalização deve ser horizontal, exceto em vias públicas na qual se exige sinalização vertical. A vaga deve contar, também, com um espaço de no mínimo 1,20 m de largura para circulação do deficiente em cadeira de rodas e estar associada a uma rampa que dê acesso a calçada.

O piso também precisa estar adequado as normas de acessibilidade. Sua superfície deve ser firme, regular e antiderrapante. Para pisos internos admite-se uma inclinação transversal de até 2%, para os externos 3% e longitudinal de até 5%.

Já o piso tátil de alerta é utilizado para sinalização de situações que envolvem risco de segurança. Este tipo de piso deve ser cromodiferenciado. O piso tátil direcional é utilizado na ausência de linha-guia ou quando houver caminhos preferenciais de circulação. Os desníveis devem ser evitados; superiores a 5 mm devem ser tratados como rampas.

Na existência de rampas, sua inclinação deve ser calculada através da altura do desnível multiplicado por 100 dividido pelo comprimento da projeção horizontal, obtendo-se assim a inclinação em porcentagem.

Na existência de catracas, cancelas ou porta giratórias, pelo menos uma precisa ser acessível. Para rotação de 90° = 1,20 m x 1,20 m; para rotação de 180°

= 1,50 m x 1,20 m e para rotação de 360° = diâmetro de 1,50 m.

Corrimãos devem ser de materiais rígidos e fixados firmemente a parede oferecendo segurança ao utilizador. Os corrimãos devem estar presentes em ambos os lados respeitando a largura de 3,0 cm a 4,5 cm, e um espaço entre o mesmo e a parede de 4,0 cm. Escadas e rampas devem possuir guarda-corpo e corrimão quando não forem isoladas das áreas adjacentes por paredes.

Na presença de elevadores, em sua parte externa deve haver sinalização tátil e visual informando instruções, posição de embarque e pavimentos, informações estas que devem estar próximas aos botões. Em seu interior, devem conter botões em *Braille*.

Em esteiras e escadas rolantes, a mesma sinalização de elevadores deve ser disponibilizada. Se as esteiras tiverem inclinação superior a 5% é obrigatório a presença de um profissional para acompanhamento.

As portas devem ter altura mínima de 2,10 m e um vão livre mínimo de 0,80 m, sendo que seu mecanismo de acionamento deve requerer força humana igual ou menor que 36 N. Suas maçanetas devem ser do tipo alavancas (exceto portas de sanitários, vestiários e quartos que recomenda-se puxadores horizontais) obedecendo uma altura de 0,90 m e 1,10 m.

As janelas devem obedecer aos limites de alcance visual podendo ser operadas com apenas uma das mãos.

Os sanitários acessíveis para deficientes físicos devem ser sinalizados e corresponder a 5% do total de cada peça instalada. Suas barras de apoio devem ser instaladas junto à bacia sanitária, lateral e no fundo, devendo possuir diâmetro de 3 cm a 4,5 cm, devendo suportar um esforço mínimo de 1,5 KN. Deve-se instalar também barras horizontais para transferência. As bacias devem respeitar a altura de 0,46 m com o assento. O acionamento da descarga deve estar a 1,00 m do seu eixo ao piso, sendo preferencialmente do tipo alavanca ou automático. Os lavatórios precisam ter a borda superior entre uma altura de 0,78 m a 0,80 m do piso. Torneiras devem ser tipo alavancas ou sensor eletrônico. Os mictórios devem estar entre uma altura de 0,60 m a 0,65 m da borda frontal ao piso. Os espelhos devem possuir 0,90 m de altura da borda inferior e 1,80 m da superior do piso, quando forem instalados verticalmente. Quando forem inclinados em 10°, sua altura da borda inferior deve ser de no máximo 1,10 m e da superior 1,80 m do piso. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS NBR 9050, 2004)

2.3 DEFICIENTES FÍSICOS E A ACESSIBILIDADE

É muito fácil compreender, bastando para tanto um pequeno nível de observação, que nossa sociedade ainda não está preparada para atender aos deficientes físicos. Muito precisa ser feito para que esses possam ser incluídos na sociedade e para que possam exercer seu direito de cidadania, um direito constitucional.

Percebe-se esse despreparo quando são presenciadas algumas cenas do dia a dia, tais como a de um deficiente físico utilizando o transporte coletivo, atravessando ruas e avenidas, frequentando escolas e universidades, enfim, exercendo as mais diferentes atividades. O que se nota é que a sociedade na qual estamos inseridos não está apta para tornar o deficiente físico um cidadão independente e auto-suficiente. Segundo Vash (1988, p. 48):

O ambiente físico oferece enormes obstáculos às pessoas que têm deficiências visuais ou motoras. Aquelas que têm deficiência de audição ou deficiência mental são de certa forma menos afetadas porque suas capacidades de locomoção não são tão diretamente prejudicadas. Para essas, o domínio do ambiente físico recai sobre as capacidades de comunicação.

O problema inicial para pessoas com deficiência física motora é a acessibilidade, enquanto o problema principal para os deficientes físicos visuais é a segurança. Para Vash (1988, p. 48):

As formas mais comuns de as pessoas deficientes enfrentarem os problemas de inacessibilidade ou insegurança são (1) minimizar suas próprias incapacidades, através do desenvolvimento de cada habilidade adaptativa disponível, (2) preservar no bom combate para conseguir remoção das barreiras ambientais remanescentes.

Nas figuras a seguir, observam-se questões pertinentes ao cotidiano do deficiente visual. Na figura 9, apresentam-se botões de elevador escritos em *Braille*, que deveriam ser itens obrigatórios em elevadores de prédios residenciais e comerciais. Na figura 10, observa-se o piso desenvolvido para deficientes visuais, que é de extrema importância para que o mesmo possa locomover-se com o mínimo de autonomia pelas calçadas de ruas e avenidas. Sem esses itens, o deficiente visual se torna altamente dependente de outras pessoas.



Figura 9: BOTÕES DE ELEVADOR EM *BRAILLE*
Fonte: arquivo pessoal da autora



Figura 10: PISO
Fonte: arquivo pessoal da autora

É importante citar também, que existem critérios de avaliação do portador de cegueira e de visão subnormal. Existem vários tipos de deficiência visual, podendo ser por perda total da visão ou a redução parcial da visão dos olhos, sendo definitivo ou incapaz de correção através do uso de lentes, e cirurgia. Na figura 11, verifica-se o censo realizado em 2000¹, indicando os diferentes graus de deficiência visual.

¹ Os dados estão disponíveis na íntegra no site: <http://www.ibge.gov.br/home/>

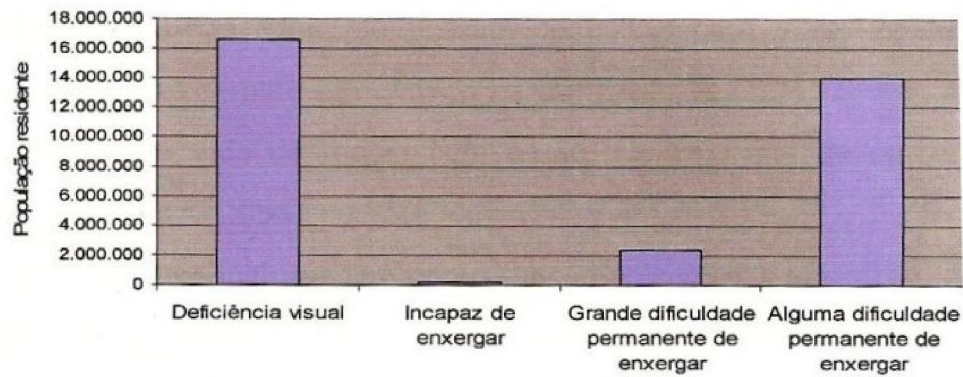


Figura 11: DEFICIÊNCIA VISUAL – Total Brasil / 2000

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Os deficientes físicos enfrentam um enorme problema quando precisam frequentar escolas e universidades que, na maioria das vezes, são totalmente despreparadas e não capacitam seus professores para lidarem com um determinado tipo de aluno que possua alguma deficiência física.

As dificuldades presentes no dia a dia dos portadores de deficiências físicas e visuais, agregadas à falta de acesso a escolas e universidades resultam, em grande parte, em pessoas sem nenhuma escolaridade ou grau de instrução.

De acordo com os dados apresentados pelo Censo do IBGE em 2000, pelo menos 179 mil crianças brasileiras que possuíam alguma deficiência, não estavam nas escolas e se encontravam privadas de seu direito ao ensino fundamental (UNICEF, 2005), como é observado na figura 12.

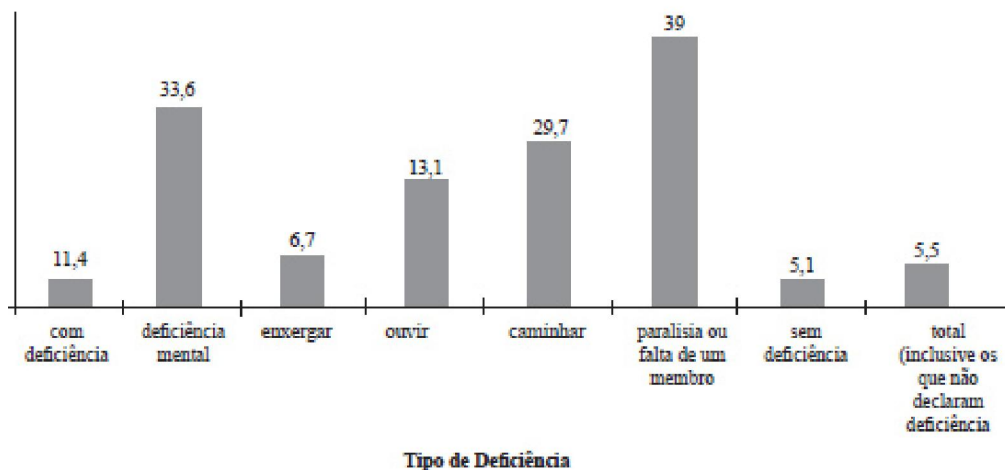


Figura 12: CRIANÇAS FORA DA ESCOLA: percentual de crianças de sete a 14 anos fora da escola, em 2000, no Brasil

FONTE: UNICEF (2005)

É de extrema importância que crianças portadoras de algum tipo de deficiência física freqüentem as escolas para que possam ser estimuladas adequadamente, podendo superar a deficiência e aprendendo a lidar com esta dificuldade. Segundo Domingues et al. (2006, p.8):

O papel da leitura e de brincadeiras não é restrito as crianças/pessoas ditas normais, pode sim, ser compartilhado com os portadores de necessidades especiais. Com deficiência mental, física, motora, auditiva e/ou visual, estas pessoas podem ser estimuladas através de atividades de leitura e de atividades lúdicas para atingir o máximo de suas potencialidades.

De acordo com o Censo Escolar divulgado pelo INEP, em 2005, haviam aproximadamente 640.000 alunos com deficiência matriculados em escolas especiais ou classes especiais e escolas regulares e/ou classes comuns do sistema de ensino brasileiro. Entre esses alunos, aproximadamente 63.000 possuem deficiência visual, como consta na figura 13.

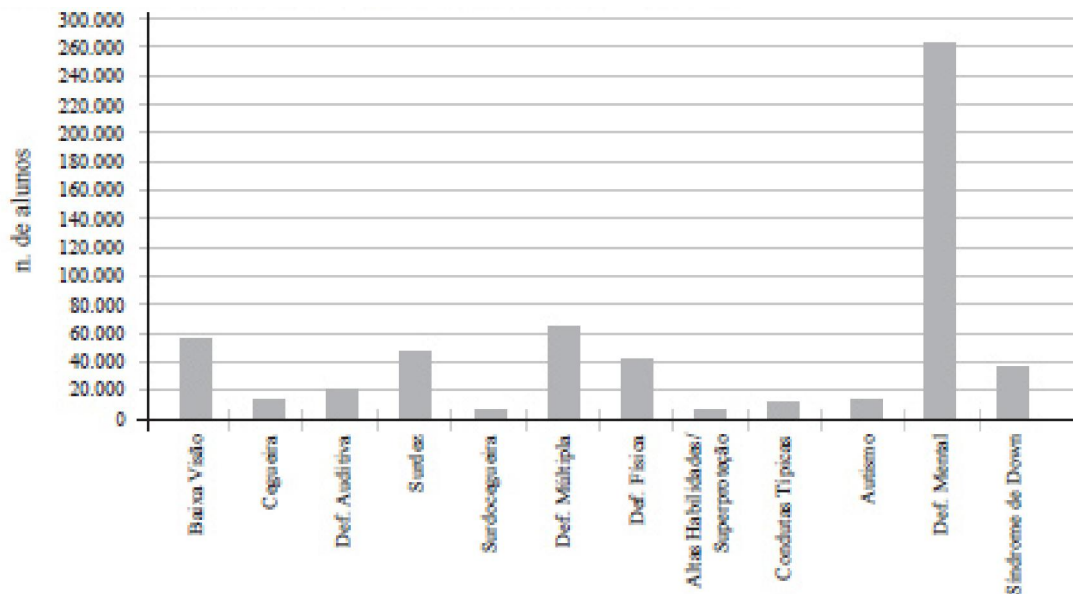


Figura 13: MATRÍCULAS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS: número de alunos com deficiências matriculados no sistema de ensino brasileiro
FONTE: INEP (2005)

Esses dados confirmam a necessidade de educação para pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. Afinal o número de adultos deficientes que frequentam atualmente centros de ensino, escolas e até mesmo universidades, vem crescendo a cada dia. Esse interesse de formação se dá através da necessidade de estar disponível e apto para o mercado de trabalho.

Neste sentido Souza (2004, p.17) define universidade como:

A universidade é um espaço presencial e virtual de ensino superior atuando sob a perspectiva de oportunizar e garantir a aprendizagem bem como uma qualidade acadêmica aos que nela ingressam, incluindo as pessoas com algum tipo de deficiência.

O despreparo dos profissionais juntamente com a falta de acessibilidade nas escolas e universidades gera uma enorme barreira aos portadores de deficiência física. As pessoas com cegueira têm dificuldade pelo fato das bibliografias, na sua maioria, encontrarem-se apenas na forma impressa, gerando grandes obstáculos para uma formação escolar ou acadêmica.

Para Souza (2004, p.22):

Uma instituição na qual a criação e disseminação do conhecimento são o seu maior foco, espera-se que além do cumprimento das leis, normas e recomendações pertinentes a pessoas com deficiência visual, se promova e garanta a inclusão e equidade social por meio da educação e do uso da informação, permitindo a todos, a promoção das relações de aprendizagem, produção de informação e conhecimento por todos os indivíduos participantes de sua comunidade a partir do espaço Biblioteca Universitária.

Para os deficientes visuais, o acesso às fontes de informação se dá através da escrita *Braille*, que é um sistema de leitura através do tato para cegos inventado pelo francês Louis Braille, como mostra a figura 14.

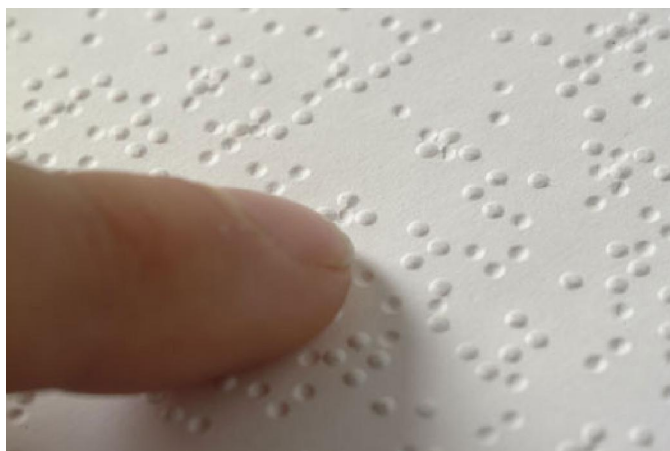


Figura 14: *BRILLE*

Fonte: Disponível em: <<http://br.geocities.com/capuberabamg/braille.jpg>>. Acesso em: abr. 2009.

O sistema *Braille*² é um alfabeto convencional cujos caracteres se indicam por

² O *Braille* pode ser lido com uma ou com as duas mãos, da esquerda para a direita. Em cada célula pode-se ter até 63 combinações de pontos que garantem todas as letras do alfabeto.

pontos em relevo e o deficiente visual distingue através do tato, como podemos ver um exemplo na figura 15.

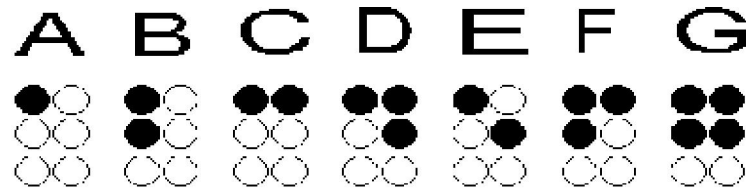


Figura 15: EXEMPLO DE ALFABETO BRAILLE – Letras e números

Fonte: Disponível em < <http://theeclecticspaghetti.files.wordpress.com/2008/01/braille.gif> > Acesso em: maio 2009.

Além da Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da "Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos", outras medidas, em diversos setores, estão sendo adotadas para um correto atendimento às pessoas em situações de deficiência física e deficiência visual.

Dentro da estrutura de uma biblioteca universitária, a acessibilidade envolve tanto aspectos urbanísticos (estacionamento, acesso, entre outros), como aspectos arquitetônicos (iluminação, espaço para circulação entre ambientes, banheiros, rampas adequadas, entre outros) e aspectos de informação e comunicação (sinalização, sistemas de consulta e empréstimos, tecnologia de apoio para usuários portadores de deficiências, sistemas para acesso remoto, entre outros).

A tecnologia e a medicina estão avançando, junto aos programas educacionais e terapêuticos. Com isso, os profissionais estão tendo a possibilidade de ampliar seus conhecimentos e habilidades para poder lidar com pessoas portadoras de deficiências físicas. Segundo Miller (1995, p. 20):

As coisas estão mudando. Cada vez mais, conscientizamo-nos de que na nossa sociedade todas as crianças têm o direito a serem valorizadas, educadas e desafiadas. As pessoas estão aprendendo que as "necessidades especiais" são simplesmente uma questão de grau.

Em contrapartida, muito ainda precisa ser feito para a inclusão social do deficiente físico. Existem muitos obstáculos que precisam ser superados para que o deficiente físico possa viver com dignidade.

No Brasil, desde o dia 24 de outubro de 1989, entrou em vigor uma lei que assegura aos deficientes físicos o exercício de seus direitos individuais e sociais,

além de sua efetiva inclusão na sociedade, mesmo que na prática seja tudo bem diferente. Segundo Pinheiro (1997):

As lutas dos diversos movimentos sociais organizados em prol da condição de sujeitos de sua vontade e de direitos das pessoas portadoras de deficiência remetem-se a menos de três décadas. Nesse período, houve avanços significativos que constituem um patamar mínimo de visibilidade social. No entanto permanecem ainda obstáculos que mantêm a exclusão das pessoas portadoras de deficiência, em termos de uma vida independente, auto-sustentada e plena.

Citando especificamente o portador de deficiência visual, este dispõe de muitas possibilidades e habilidades a serem desenvolvidas. Cutsforth (1969) afirma que em indivíduos cegos o autoconceito é primordial para a maneira de o indivíduo agir e se relacionar, mais ainda do que a própria deficiência visual ou os preconceitos sociais.

Segundo Masini (1997, p. 76):

No caso do deficiente visual, por exemplo, ele tem a possibilidade de organizar os dados como qualquer outra pessoa e estar aberto para o mundo, em seu modo próprio de perceber e relacionar-se; ou, ao contrário, estar doente, isto é, fechado ao imediato que o cerca a ele restrito. O que não se pode desconhecer é que o deficiente visual tem uma dialética diferente, devido ao conteúdo que não é visual e à sua organização, cuja especificidade é a de referir-se principalmente ao tátil, ao auditivo, ao olfativo, ao cinestésico.

A convivência social é outra barreira enfrentada pelos portadores de deficiência física. São poucas pessoas preparadas para manter relacionamento com portadores de deficiências físicas. Muitas se sentem constrangidas e despreparadas diante desta situação. Conforme Araújo (1994, p.17):

Por mais que nos sintamos amadurecidos para enfrentar essa situação, a pessoa portadora de deficiência notará certa ansiedade e algum desconforto nesse relacionamento, no mínimo, por falta de naturalidade. Isto se deve à circunstância de que a integração dos indivíduos deficientes não é exercitada pela sociedade como um todo.

Assim sendo, no caso de deficiência congênita ou adquirida durante o nascimento, a criança muitas vezes começa a enfrentar seus primeiros problemas de rejeição, em razão do despreparo de seus próprios pais.

Segundo Araújo (1994, p. 51):

O direito à igualdade surge como regra de equilíbrio dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. Toda e qualquer interpretação constitucional que se faça, deve passar, obrigatoriamente, pelo princípio da igualdade. Só é possível entendermos o tema da proteção excepcional das pessoas portadoras de deficiência se entendermos corretamente o princípio da igualdade.

Dessa forma, a igualdade deve ser aplicada em todo o entendimento do direito à integração das pessoas portadoras de deficiência, com direito à quebra da igualdade, em situações das quais participe com pessoas sem deficiência. Para Araújo (1994, p.52):

O princípio de igualdade incidirá, permitindo a quebra da isonomia e protegendo a pessoa portadora de deficiência, desde que a situação logicamente o autorize. Seria, portanto, lógico afirmar que a pessoa portadora de deficiência tem direito a um tratamento especial dos serviços de saúde ou à criação de uma escola especial ou, ainda, a um local de trabalho protegido. Todas as situações quebram a igualdade (inicialmente entendida), mas apresentam autorização lógica para tanto.

No Brasil, em 2000, aproximadamente 25 milhões de pessoas declararam possuir algum tipo de deficiência. Este número corresponde a 14,5% do total da população. No quadro abaixo, constam os dados declarados no censo por tipos de deficiência:

Tipo de deficiência	População residente
Mental	2.844.937
Física	1.416.060
Visual	16.644.842
Auditiva	5.735.099
Motora	7.939.784

Quadro 1: População residente por tipo de deficiência - Brasil – 2000
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Algumas pessoas declararam possuir mais de um tipo de deficiência. Neste sentido, a soma total de deficiências é maior do que 25 milhões.

No Censo de 2000, dos 25 milhões de pessoas que declararam possuir alguma deficiência, 4,3 eram crianças na faixa de idade entre 0 a 14 anos, o que pode ser verificado na figura 16.

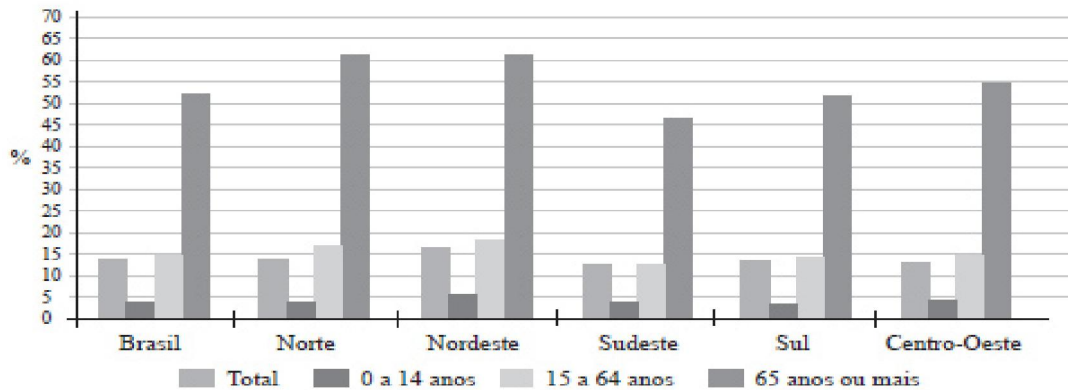


Figura 16: DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Proporção da população residente, possuidora de pelo menos umas das deficiências investigadas por grandes grupos de idade, segundo as grandes regiões do Brasil – 2000.

Fonte: Adaptado do IBGE, 2000.

De acordo com a figura 16, na Região Sul do país, em 2000, a taxa encontrada com relação às pessoas com deficiência foi de 14,3% sobre a população total, e desse percentual, a faixa correspondente às crianças e adolescentes de 0 a 14 anos correspondia a 3,7%. O estado de Santa Catarina apresentou um percentual de 14,21% com relação às deficiências em geral, sobre a população total do estado, situando-se entre os dez estados que possuem as menores taxas do país (IBGE, 2000).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, serão apresentados os procedimentos metodológicos que foram utilizados para realização da pesquisa.

Nesta pesquisa, foi utilizada a abordagem descritiva. Esse tipo de pesquisa é realizado, na maioria das vezes, nas ciências humanas e sociais, sempre abordando problemas que merecem ser estudados. Busca problemas da vida social, econômica e política. Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 61):

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas.

A pesquisa descritiva trabalha sobre dados e fatos colhidos da própria realidade. Precisam ser coletados e registrados ordenadamente, assumindo diversas formas. Conforme Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 62):

A coleta de dados aparece como uma das tarefas características da pesquisa descritiva. Para viabilizar essa importante operação da coleta de dados, são utilizados, como principais instrumentos, a observação, a entrevista, o questionário e o formulário. A coleta e o registro de dados, porém, com toda sua significação, não constituem, por si sós, uma pesquisa, mas sim técnicas específicas para a consecução dos objetivos da pesquisa. Seja qual for seu tipo, a pesquisa resulta da execução de inúmeras tarefas, desde a escolha do assunto até o relatório final, o que também implica a adoção simultânea e consecutiva de variadas técnicas em uma mesma pesquisa.

Esta pesquisa teve como finalidade analisar a estrutura física para deficientes físicos e visuais em bibliotecas universitárias de Santa Catarina, verificando se estão de acordo com a norma de acessibilidade ABNT NBR 9050:2004.

A análise foi feita quanto à acessibilidade nas bibliotecas, verificando assim, se as estruturas em seu interior estão de acordo com os padrões propostos. Quanto à parte externa, foi verificada, apenas, a presença ou ausência dos itens indispensáveis à acessibilidade, sem levar em conta especificações técnicas, dimensões, amplitudes e medidas, visto que seria necessária a ajuda de arquitetos,

engenheiros civis, técnicos em edificação e segurança para a realização da conferência das medidas.

Foram escolhidas quatro bibliotecas para comporem o grupo a ser analisado nesta. Duas delas pertencem a instituições públicas e duas a instituições particulares. As bibliotecas das instituições públicas, foram denominadas como B₁ e B₂ e as bibliotecas das instituições particulares, foram denominadas de B₃ e B₄.

A análise foi realizada através de visitas de observação e análise às quatro bibliotecas das instituições de ensino escolhidas. Foi verificado se os seguintes itens estão de acordo com a norma de acessibilidade ABNT NBR 9050:2004: altura das mesas, balcões de empréstimo, terminais de consulta, distância e altura das estantes, existência de publicações em *Braille*.

Na parte externa, foi verificado se as bibliotecas disponibilizam vagas de estacionamento para deficientes físicos, se possuem rampas e/ou elevadores, catracas, cancelas, sinalização em *Braille*, sinalização sonora, e sanitários, acessíveis a portadores de deficiência física.

Todos os dados e informações coletadas das bibliotecas analisadas foram anotados e também registrados através de fotografias como constam no capítulo a seguir.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os resultados da observação efetuada nas quatro bibliotecas em estudo. Serão apresentadas individualmente as características analisadas de cada biblioteca, e a comparação com a norma de acessibilidade ABNT NBR 9050:2004.

Foram constatados na B₁ alguns itens inadequados quanto à acessibilidade, conforme demonstrado no Quadro 2. Os itens identificados com a letra “A” correspondem àqueles que estão adequados; os itens identificados com a sigla “PI” correspondem aos que estão parcialmente inadequados e os itens identificados com a letra “I” correspondem aos itens inadequados.

B₁		
<i>Características</i>	<i>Deficiente Físico</i>	<i>Deficiente Visual</i>
Mesas	I	-----
Distância entre as estantes	PI	-----
Altura das estantes	PI	-----
Publicações em Braille	-----	A
Terminais de consulta	I	A
Balcão de empréstimo	I	-----

Quadro 2: Acessibilidade para deficientes físicos e visuais – B₁
Fonte: dados coletados pela autora.

A B₁ possui dois tipos de mesas. O primeiro possui altura livre inferior de 0,73 m e um módulo de referência³ (MR) de 0,44 m. Este tipo corresponde a 70% das mesas disponíveis na biblioteca. O segundo tipo de mesa possui altura livre inferior de 0,69 m e possui uma base (pé) com abertura de 0,72 m, impossibilitando o acesso de uma pessoa em cadeira de rodas (PCR). Nas figuras 17 e 18, pode-se verificar:

³ Considera-se módulo de referência a projeção de 0,80 m (largura) por 1,20 m (comprimento) no piso, ocupada por uma pessoa em cadeira de rodas.



Figura 17: Mesa tipo 1 – B₁
Fonte: arquivo pessoal da autora



Figura 18: Mesa tipo 2 – B₁
Fonte: arquivo pessoal da autora

Neste sentido, foi considerada que a Biblioteca está inadequada quanto a este item, uma vez que nem 5% do total das mesas presentes na biblioteca estão acessíveis a PCR.

A distância entre as estantes varia muito na B₁. Foi feita a verificação em cada setor da biblioteca e alguns deles desrespeitam a largura mínima em seus corredores de 0,90 m. O Setor de Referência possui diferentes larguras entre suas estantes, porém todas as suas medidas estão de acordo com a ABNT NBR 9050:2004. Suas larguras variam entre 0,97 m e 1,05 m. Já, o comprimento de suas estantes nos corredores, varia entre 6,27 m e 7,30 m, possibilitando uma manobra de rotação de 180° de PCR.

Em dois setores, encontram-se estantes com larguras entre elas de 1,05 m e seu comprimento de 8,36, possibilitando a rotação de 180°, também dentro dos padrões estipulados pela Norma.

Em outros dois setores, a largura entre as estantes não respeita a largura mínima de 0,90 m. Elas variam entre 0,75 m a 0,89 m. O comprimento das estantes nesses corredores varia de 4,16 m a 8,36 m.

Dessa forma, a B₁ pode ser considerada parcialmente inadequada, no que diz respeito a distância entre as estantes.

Com relação à altura das estantes, os únicos setores que atendem ainda que de forma parcial a altura correta é o Setor de Referência e o de Coleções Especiais que variam sua altura entre 1,26 m a 1,57 m. Todos os demais setores estão fora das normas pois possuem estantes com alturas superiores a 1,73 m, o que as torna inacessíveis ao alcance manual e visual de PCR. Sendo assim, também este item encontra-se parcialmente inadequado.



Figura 19: Estantes e corredores B₁
Fonte: arquivo pessoal da autora

Esta biblioteca conta com publicações em *Braille* no setor de AMBIENTE DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA (AEI), garantindo o atendimento a usuários com deficiência visual, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. Constam, atualmente, no setor, aproximadamente, 60 obras em *Braille*. Considera-se assim a B₁ adequada quanto ao item de publicações em *Braille*. Ainda no setor de AEI existe um único computador para acesso de deficientes visuais com seguintes *softwares* de leitura: JAWS, DosVox e Magic. No item que diz respeito a terminais de consulta para deficientes visuais, considera-se que está adequado, considerando-se que a biblioteca conta com cinco terminais para consulta além do terminal acessível para deficientes visuais. Correspondem, assim, a 16,6% do total de terminais de consulta presentes da biblioteca.

Os demais terminais de consulta não atendem adequadamente aos itens da Norma para deficientes físicos em cadeira de rodas. Sua altura de 0,88 m ultrapassa a altura adequada; a largura de 0,66 m também não possibilita a aproximação frontal de uma PCR e o MR de 0,69 m é a única medida que está de acordo com os padrões estabelecidos pela Norma. Nesse sentido este item está inadequado, considerando que todos os terminais de consulta possuem as mesmas medidas citadas anteriormente. Na figura 20 verifica-se o terminal de consulta presente na B₁.



Figura 20: Terminais de consulta B₁
Fonte: arquivo pessoal da autora

Quanto ao balcão de empréstimo, sua altura é de 1,0 m, não sendo uma altura favorável ao alcance manual e visual de PCR.

A B₁ conta também com duas vagas de estacionamento para pessoas portadoras de deficiência física. Possui uma catraca para controle de acesso à biblioteca que não está acessível a deficientes físicos, porém ao lado existe um portão de acesso que possibilita a substituição desta catraca para deficientes físicos como pode-se verificar nas figuras 21 e 22.

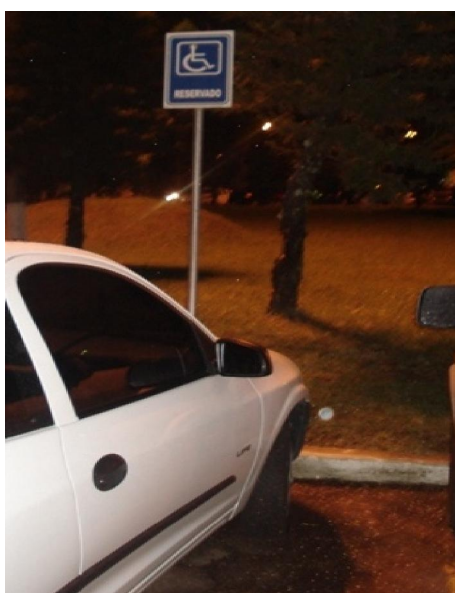


Figura 21: vaga de estacionamento para deficiente físico.
Fonte: arquivo pessoal da autora



Figura 22: Catraca e portão de acesso
Fonte: arquivo pessoal da autora

A biblioteca não possui elevador, porém possui rampa de acesso, como observa-se na figura 23.



Figura 23: Rampa

Fonte: arquivo pessoal da autora

A B₁ não dispõe de nenhuma sinalização em *Braille* nem sinalização sonora. Possui sanitários exclusivos para deficientes físicos como demonstram as figuras 24 e 25.

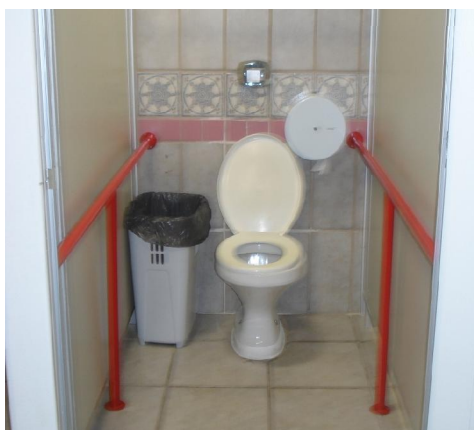


Figura 24: Bacia sanitária e barras

Fonte: arquivo pessoal da autora

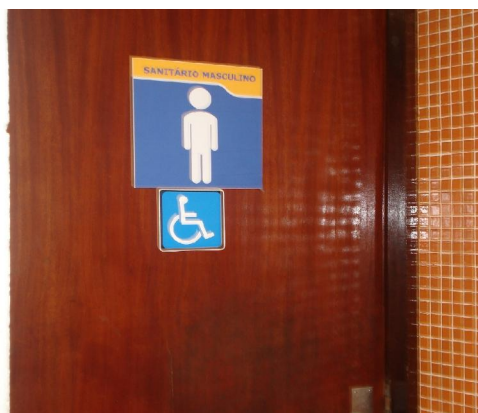


Figura 25: Sinalização sanitários

Fonte: arquivo pessoal da autora

Através destes itens analisados, constatou-se que a B₁ não está adequada à acessibilidade. Está adequada somente no aspecto de possuir publicações em *Braille* e possuir um terminal de consulta acessível à deficientes visuais.

A seguir constam informações a respeito da segunda biblioteca analisada. No quadro 3, pode-se verificar os itens pertinentes a esta análise.

B ₂		
Características	Deficiente Físico	Deficiente Visual
Mesas	I	-----
Distância entre as estantes	A	-----
Altura das estantes	PI	-----
Publicações em Braille	-----	A
Terminais de consulta	I	I
Balcão de empréstimo	I	-----

Quadro 3: Acessibilidade para deficientes físicos e visuais – B₂

Fonte: dados coletados pela autora

A B₂ também possui dois tipos de mesas, ambas fora do padrão estabelecido pela Norma. A primeira mesa analisada possui altura livre inferior de 0,75 m e em sua base (pé) possui uma abertura de 0,55 m impossibilitando o acesso PCR. O segundo tipo de mesa possui altura livre inferior de 0,74 m, largura de 1,04 m e MR de 0,45 m, seu módulo de referência não está de acordo com os padrões aceitos. A seguir as figuras 26 e 27 mostram essas ocorrências.

Figura 26: Mesa tipo 1 – B₂
Fonte:arquivo pessoal da autoraFigura 27: Mesa tipo 2 – B₂
Fonte: arquivo pessoal da autora

A distância entre as estantes é de aproximadamente 1,08 m em todos os setores e seu comprimento é de 6,0 m, permitindo uma rotação de 180° de uma cadeira de rodas. As estantes possuem 1,95 m de altura, porém sua última prateleira mede 1,55 m de altura livre inferior, permitindo um alcance visual, porém manualmente dificultoso dependendo da altura de uma PCR. Desta forma o item de distância das estantes foi considerado adequado na B₂.

A biblioteca apesar de ainda não possuir um setor exclusivo para educação inclusiva, possui um projeto para criação de um setor *Braille*. No momento, conta

com aproximadamente 65 títulos em *Braille*. Na figura 28 pode-se observar um livro em *Braille*.

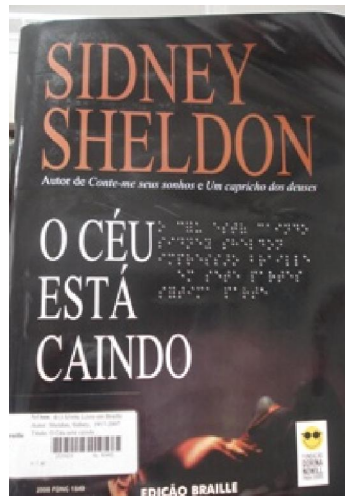


Figura 28: Livro em Braille
Fonte: arquivo pessoal da autora

Em relação aos terminais de consulta, os mesmos possuem altura de 1,00 m, MR 0,65 e largura de 0,60 m, neste item a largura não está adequada para permitir uma aproximação frontal de PCR, conforme demonstrado na figura 29.



Figura 29: Terminais de consulta – B₂
Fonte: arquivo pessoal da autora

Existe também outro tipo de terminal para consulta na base de dados que possui medidas diferenciadas. Altura 0,71 m, MR 0,57 m e largura 0,80 m. Neste caso, a largura, também, não está adequada. A B₂ não dispõe de terminal de consulta acessível a deficientes visuais, por esta razão no item correspondente a terminais de consulta, foi considerada inadequada.

Quanto ao balcão de empréstimo, sua altura é de 1,10 m, também irregular

quanto ao alcance visual e manual de PCR.

A B₂ não dispõe em suas proximidades de nenhuma vaga de estacionamento exclusiva para pessoas portadoras de deficiência física.

Em seu acesso, encontra-se uma rampa e em seu interior um elevador como consta na figura 30.



Figura 30: Elevador – B₂
Fonte: arquivo pessoal da autora

A B₂ não possui nenhuma sinalização em *Braille* nem sinalização sonora. Dispõe de sanitários acessíveis a pessoas portadoras de deficiência física.

Contatou-se na análise da B₂ que apenas o item referente a distância entre as estantes e publicações em *Braille* estão adequados à acessibilidade.

No quadro 4, são apresentados os itens analisados da terceira biblioteca.

B ₃		
Características	Deficiente Físico	Deficiente Visual
Mesas	A	-----
Distância entre as estantes	PI	-----
Altura das estantes	PI	-----
Publicações em Braille	-----	I
Terminais de consulta	I	I
Balcão de empréstimo	I	-----

Quadro 4: Acessibilidade para deficientes físicos e visuais – B₃

Fonte: dados coletados pela autora

A B₃ também possui dois tipos de mesas, sendo que o primeiro tipo possui altura livre inferior de 0,76, porém possui a base (pé) com abertura de 0,60 m impossibilitando o acesso frontal de PCR. O segundo tipo de mesa possui altura livre inferior de 0,75 m e largura de 1,30 m e permite uma aproximação frontal de PCR devido a ausência de um MR. Desta forma neste item a biblioteca 3 foi considerada adequada, considerando que este segundo tipo de mesa corresponde a 50% do total de mesas presente na biblioteca analisada. Na figura 31 observa-se um dos modelos de mesa presentes na biblioteca analisada.

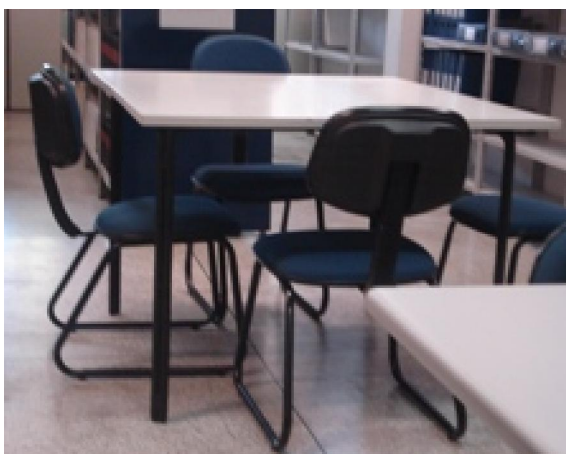


Figura 31: Mesa tipo 2 – B₃
Fonte: arquivo pessoal da autora

Nesta biblioteca, a distância entre as estantes varia de 0,96 m a 1,0 m, e a altura da última prateleira é de 1,58 m. O comprimento das estantes no corredor mede 7,83 m porém as estantes acabam junto à parede, impossibilitando a rotação de uma cadeira de rodas. No setor de periódicos, a distância das estantes é de, aproximadamente, 0,84 m e a altura da última prateleira, também, é de 1,58 m. O comprimento das estantes no corredor é de 5,0 m porém as estantes do setor de periódicos, também, acabam junto à parede impossibilitando a rotação da cadeira de rodas.

A biblioteca não possui nenhum setor exclusivo para educação inclusiva e também não conta com nenhuma publicação em Braille até o presente momento, possuindo apenas áudio-livro.

A B₃ dispõe de quatro terminais de consulta, sendo sua altura livre inferior de 0,73 m, MR 0,55 m e largura 0,78 m, neste item a largura não se encontra dentro dos padrões estabelecidos pela Norma, como observa-se na figura 32.

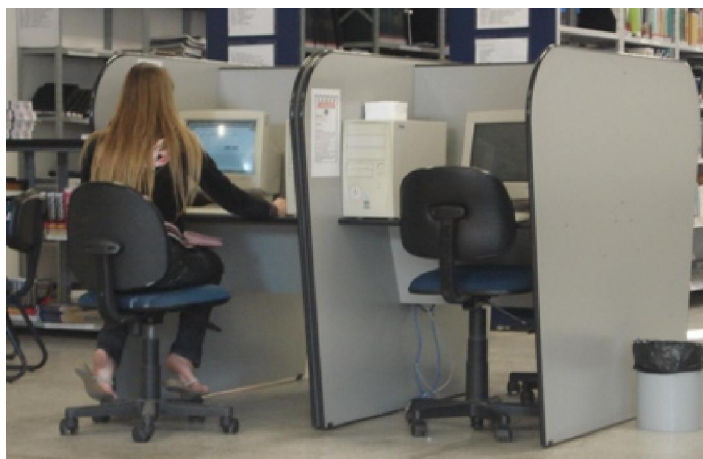


Figura 32: Terminais de consulta – B₃
Fonte: arquivo pessoal da autora

Quanto ao balcão de empréstimo, sua altura é de 1,20 m, dificultando a utilização por parte do usuário em cadeira de rodas, com relação ao alcance manual e, principalmente, ao alcance visual.

A B₃ dispõe de três vagas de estacionamentos exclusivas para pessoas portadoras de deficiência física, como pode ser visto na figura 33.



Figura 33: Vagas de estacionamento para deficientes físicos – B₃
Fonte: arquivo pessoal da autora

Como a biblioteca se localiza no andar térreo, ela conta apenas com uma rampa pequena para facilitar o acesso de PCR como consta na figura 34.



Figura 34: RAMPA – B₃
 Fonte: arquivo pessoal da autora

A B₃ não possui nenhuma sinalização em *Braille* e, também, não conta com nenhuma sinalização sonora. Ela não possui nenhum sanitário em seu interior, apenas em suas proximidades, sendo esses acessíveis a pessoas portadoras de deficiência física.

Foi possível constatar nesta biblioteca, que apenas o item referente a mesas está adequado conforme os padrões estabelecidos pela norma de acessibilidade.

No quadro 5, são apresentados dados observados na quarta biblioteca, a saber, B₄.

B₄		
Características	Deficiente Físico	Deficiente Visual
Mesas	A	-----
Distância entre as estantes	A	-----
Altura das estantes	I	-----
Publicações em Braille	-----	I
Terminais de consulta	I	I
Balcão de empréstimo	I	-----

Quadro 5: Acessibilidade para deficientes físicos e visuais – B₄

Fonte: dados coletados pela autora

Inicialmente foram verificadas as mesas presentes na B₄. Sua altura livre inferior é de 0,73 m e em sua base (pé) possui uma abertura de 0,45 m, impossibilitando a aproximação frontal de PCR. Este tipo de mesa está inadequado quanto as medidas acessíveis para um deficiente físico em cadeira de rodas, como é possível verificar na figura 35.



Figura 35: MESA B₄

Fonte: arquivo pessoal da autora

Porém, a B₄ possui uma sala de estudo individual na qual possui mesas com medidas acessíveis a PCR, como consta na figura 36. Altura livre inferior da mesa de estudo mede 0,73 m, largura 0,90 m e MR 0,60 m. Como esta sala constitui 50% do total de mesas presentes da B₄, o item foi considerado adequado na biblioteca analisada.

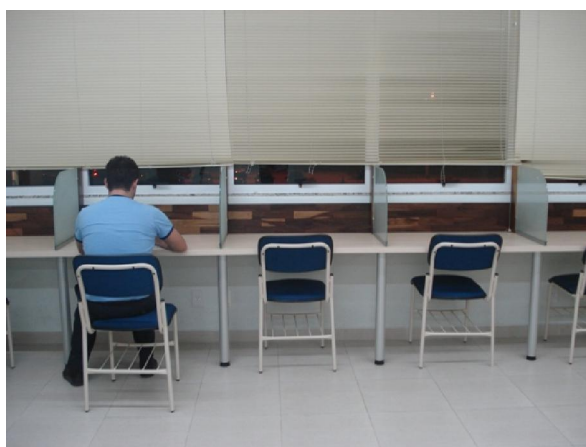


Figura 36: MESA DE ESTUDO - B₄

Fonte: arquivo pessoal da autora

O item referente a distância das estantes foi considerado adequado. A distância varia de 1,09 m a 1,19 m. O comprimento das estantes no corredor também é adequado, uma vez que mede 8,30 m. Pode-se dizer que um único erro encontrado na distribuição das estantes foi o fato das mesmas terminarem junto a parede impossibilitando a rotação de 180° de uma cadeira de rodas.

Com relação às das estantes, observa-se que a última prateleira varia de 1,63 m a 1,85 m, impossibilitando um alcance visual e manual de PCR.

Os terminais de consulta possuem altura livre inferior de 0,92 m; largura 0,70 m e MR 0,37, desta forma estão inadequados quanto a acessibilidade, como verifica-se na figura 37.



Figura 37: TERMINAIS DE CONSULTA B₄
Fonte: arquivo pessoal da autora

A B₄ também não possui nenhum setor exclusivo para educação inclusiva, e também não dispõe de nenhuma publicação em *Braille*.

Quanto ao balcão de empréstimo, sua altura é de 1,13 m, tornando dificultoso o acesso do usuário em cadeira de rodas para realizar um alcance manual e visual.

A B₄ dispõe de três vagas de estacionamento exclusivas para pessoas portadoras de deficiência física, na figura 38 verificam-se a presença das vagas.



Figura 38: Vagas de estacionamento exclusivas para deficientes físicos B₄
Fonte: arquivo pessoal da autora

Como a biblioteca localiza-se no segundo andar, ela conta com um elevador especialmente disponível para portadores de deficiência física como pode-se verificar na figura 39.



Figura 39: Elevador B₄
Fonte: arquivo pessoal da autora

A B₄ não possui nenhuma sinalização em Braille e também não conta com nenhuma sinalização sonora. Ela dispõe, em suas proximidades, sanitários acessíveis a pessoas portadoras de deficiência física.

Desta forma, constatou-se que as mesas e a distância entre as estantes estão adequadas quanto a acessibilidade, porém os demais itens estão inadequados, dificultando o acesso à PCR e do deficiente visual.

No quadro 6 verifica-se um aspecto geral das análises realizadas nas quatro bibliotecas visitadas.

Características	B₁	B₂	B₃	B₄
Mesas	I	I	A	A
Distância entre as estantes	PI	A	PI	A
Altura das estantes	PI	PI	PI	I
Publicações em Braille	A	A	I	I
Terminais de consulta	I	I	I	I
Balcão de empréstimo	I	I	I	I

Quadro 6: Dados das quatro bibliotecas analisadas
Fonte: dados coletados pela autora

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, cujo relatório apresenta-se como o Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina teve como objetivo analisar e avaliar as condições estruturais presentes em quatro bibliotecas universitárias da Grande Florianópolis, com relação ao acesso dos portadores de deficiências físicas e visuais.

A partir das observações efetuadas, foi possível perceber que as determinações presentes na Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR-9050 2004, p.1), não foram seguidas, de forma criteriosa, nas bibliotecas universitárias analisadas. Os resultados encontrados corroboraram as afirmativas de diferentes autores apresentados no referencial teórico desta pesquisa, que afirmam que os deficientes físicos enfrentam enormes obstáculos no ambiente físico. Este fato pôde ser comprovado em cada uma das bibliotecas analisadas, observando-se sua estrutura física, bem como seu mobiliário. Em todas as bibliotecas, é visível o descaso com que são tratadas as diferentes necessidades dos portadores de deficiência física.

Para os cadeirantes, os obstáculos iniciam a partir do momento em que procuram estacionar o carro que os conduz em local próximo às bibliotecas analisadas. Na B₂, por exemplo, as vagas exclusivas para deficientes físicos são distantes da biblioteca, fato que causa transtornos, considerando que o caminho possui desníveis que prejudicam a passagem de uma cadeira de rodas. O mesmo se dá com relação aos cadeirantes que viessem à biblioteca utilizando-se do transporte coletivo. Nas demais bibliotecas, as vagas possuem conexões com as calçadas estando próximas à entrada dos prédios.

Todas as bibliotecas observadas apresentam rampas, elevadores, catracas e cancelas que facilitam o acesso de PCR ao interior dos prédios. Foram observados, também, sanitários acessíveis aos portadores de deficiências físicas, indispensáveis em qualquer estabelecimento.

Com relação aos deficientes visuais, observou-se a não existência de calçadas apropriadas à sua locomoção ao redor das bibliotecas. Da mesma forma, a ausência de sinalizações sonoras e sinalizações em *Braille* contribuem para o aumento das dificuldades enfrentadas por esse grupo de pessoas, sendo

incompreensível a sua ausência nas bibliotecas analisadas. São elementos de baixo custo não se justificando a sua não utilização nos prédios das bibliotecas.

Nas bibliotecas pertencentes a instituições públicas, apesar da dificuldade financeira, pode-se dizer que existe um interesse maior em melhorar a acessibilidade ao deficiente visual. A B₁ e a B₂, além de serem as duas únicas bibliotecas visitadas que possuem obras em *Braille*, possuem projetos para implantação e desenvolvimento de setores de educação inclusiva. Na B₁, este projeto encontra-se em andamento, existindo atendimento direcionado exclusivamente a deficientes visuais.

Com relação aos mobiliários que compõem as diferentes bibliotecas analisadas, percebeu-se a ausência de preocupação com os alunos portadores de deficiências físicas. A ordem estabelecida parece desconhecer a presença desses alunos que, apesar do fato de estarem em minoria, continuam tendo as mesmas necessidades informacionais que os demais alunos.

Questões como a altura de mesas, terminais de consulta e balcão de empréstimo, altura e distância das estantes, são itens que não exigiriam gastos significativos para estar de acordo com a norma de acessibilidade. No entanto, não se observa qualquer preocupação nessas organizações com a sua adequação aos princípios estabelecidos pela legislação.

O que se constatou foi uma contrariedade a esses princípios, observando-se a falta de acessibilidade nas bibliotecas, não tornando possível a inclusão social de deficientes físicos. Essa situação contraria o papel relevante da biblioteca universitária, que deveria ser de um espaço que permitisse relações de aprendizagem e produção de informação e conhecimento para todos os indivíduos da comunidade.

Com estas irregularidades apenas foi possível constatar que a deficiência não está nas pessoas, mas sim nas construções e nos mobiliários, estes sim, obsoletos e deficientes.

Pode-se dizer, que dentre as bibliotecas analisadas, não existe nenhuma que possa ser citada como exemplo de adequação à acessibilidade. As quatro possuem erros e precisam de muitas mudanças para que possam estar aptas a receber e atender adequadamente os portadores de necessidades especiais. Para isso, é necessário um investimento em cada uma delas e uma priorização do que é mais relevante a fim de satisfazer toda a comunidade universitária, independente do tipo

de usuário.

Observou-se, ainda, que as bibliotecas não foram construídas e nem projetadas pensando nos usuários com necessidades especiais que, mesmo sendo minoria em uma instituição de ensino não são, de forma alguma, menos importantes que os demais estudantes. A ausência de atenção às suas necessidades confirma a certeza de que a exclusão ainda está muito presente na sociedade e que algumas pessoas estão sendo impossibilitadas de exercer plenamente seus direitos e sua cidadania.

Por fim, ao concluir esta pesquisa, recomenda-se e sugere-se que sejam efetuados outros estudos, explorando com mais atenção outros temas interligados ao tema deste trabalho, estando entre eles:

- a) A análise de outros tipos de bibliotecas, não apenas as universitárias.
- b) Verificação das condições oferecidas a outros tipos de deficiências, não apenas as físicas.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria Lucia T M. **Psicologia do excepcional**. São Paulo: EPU, 1986.

ARAUJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994. 139p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. 97p.

BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **LEX: Casa Civil da Presidência da República**. Base da Legislação Federal do Brasil.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162p.

CUTSFORTH, T. **O cego na escola e na sociedade**. Brasília: Campanha Nacional de Educação de Cegos, 1969.

DOMINGUES, Fernanda et al. O ato de ler para alunos de educação especial. **Extensio**, Florianópolis, v. 4, p. 1-10, 2006.

FERREIRA, Lusimar Silva. **Bibliotecas universitárias brasileiras: análise de estruturas centralizadas e descentralizadas**. São Paulo: Pioneira; INL, 1980. 118p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988. 159p.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, 94p.

IBGE. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 02 mar. 2009.

IBGE. Alunos com deficiência matriculados em escolas públicas de nível fundamental: algumas considerações. *Educar em Revista*. **SCIELO**, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602008000100014&lng=pt&nrm=iso#fig1> Acesso em: 02 abr. 2009.

INEP. Censo escolar do INEP. 2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>>. Acesso em: 12 abr. 2009.

KASPER, Andrea de Aguiar. **Modelo para avaliação da acessibilidade espacial de escolas públicas de ensino fundamental para alunos com restrições visuais**, 2007. 227 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

MASINI, Elcie F. Salzano. **Deficiência: alternativas de intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. 175p.

MAZZONI, Alberto Angel et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília; v.30, n.2, p.29-34, 2001. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/300201/3020105.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

MAZZONI, Alberto Angel. **Deficiência x participação: um desafio para as universidades**, 2003. 245 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

MILLER, Nancy B. **Ninguém e perfeito: vivendo e crescendo com crianças que tem necessidades especiais**. Campinas, SP: Papirus, 1995. 300p.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa social: introdução às suas técnicas**. São Paulo: Nacional, 1968. p. 29.

PARDINAS, F. **Metodologia y técnicas de investigación en ciencias sociales**. México: Siglo Veintiuno, 1973, p. 82.

PINHEIRO, Humberto Lippo. Os direitos humanos e pessoas portadoras de deficiência. In: **Relatório azul – garantias e violações dos direitos humanos no RS**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1997-1998. p.144-155

SOUZA, Salete Cecília de. **Acessibilidade**: uma proposta de metodologia de estruturação de serviços informacionais para usuários cegos e com visão subnormal em biblioteca universitária, 2004. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

UNICEF. Situação mundial da infância, 2005. Disponível em:
<<http://www.unicef.org/brazil/sowc05/main.htm>>. Acesso em 14 abr. 2009.

VASH, Carolyn L. **Enfrentando a deficiência**: a manifestação, a psicologia, a reabilitação. São Paulo: Pioneira, 1988. 283 p.

